



**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROGRAD
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROADM
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - PROPPEX**

POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO UNIBAVE

**DIRETRIZ 3
Acesso e Permanência dos acadêmicos**

**ORLEANS
2017**

APRESENTAÇÃO

A Política de Acessibilidade e Inclusão do Centro Universitário Barriga Verde - Unibave, teve seus primeiros passos com ações isoladas referente à estrutura física e adequações metodológicas nos cursos em que haviam acadêmicos com deficiência matriculados. Neste período se buscava, além da adequação às exigências legais, a melhor forma de atender aos acadêmicos, professores e técnicos-administrativos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas/habilidades e superdotação. A partir de julho de 2015, a instituição sistematizou estas ações, tendo por base as diretrizes apontadas pela Nota Técnica DAES/INEP n.º 025/2015. Deste modo, a Reitoria designou por meio da Portaria nº032/2015 um grupo de trabalho responsável por analisar e definir estratégias para atendimento dos requisitos legais que tratavam das condições de Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, composto por representantes da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Pró-Reitoria Administrativa. Em fevereiro de 2016 foi criado o Núcleo de Apoio à Acessibilidade (NAC), com a contratação de profissional especializada com dedicação exclusiva para conduzir as atividades voltadas ao público da Educação Inclusiva, assim como a criação de um espaço para atendimento deste público. A criação do NAC constituiu em uma ação emblemática no que se refere à acessibilidade e educação inclusiva do Unibave, visto que diversas ações e atendimento personalizado e articulado com os demais setores, passaram a ser oferecidos de modo mais incisivo no campus, dando visibilidade à política institucional de acessibilidade e inclusão.

A acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência é compreendida pelo Unibave como uma política institucional, na qual todos os setores e agentes do espaço educativo devem primar pelo atendimento às necessidades humanas e sua diversidade, de forma sistêmica, criativa, consolidado junto à missão institucional e às ações e projeções previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o qual prevê o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e ambos, articulam-se aos Projetos Pedagógicos – PPC's de cada curso.

É cabível situar que a educação especial foi organizada durante longo tempo separada do sistema de ensino regular, já que entendia-se que esta seria a maneira mais adequada de atender àqueles estudantes que apresentavam algum tipo de deficiência. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) constitui um marco na educação inclusiva, já que dispõe que “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. Tendo base os pressupostos dispostos nesta declaração, diversas políticas foram instituídas de modo que a educação especial passou a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Em âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 situou a educação com um direito de todos. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 regulamentou a integração desses acadêmicos nas classes comuns. Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) trouxe um panorama sobre a educação especial no Brasil, além de discutir o seu papel como temática transversal a todos os níveis e etapas da educação. No que se refere ao Ensino Superior:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008, p.12)

Em decorrência destas políticas de inserção das pessoas com deficiência no ensino regular, o número de concluintes do Ensino Básico com este perfil também sofreu alterações, sendo que o Ensino Superior passou a recebê-los em maior quantidade. Deste modo, o compromisso das Instituições de Ensino Superior centra-se em oferecer condições adequadas para promover, além do ingresso, a permanência dos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, de modo a auxiliar no desenvolvimento pleno de suas habilidades e potencialidades.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Promover condições de modo a garantir que todas as pessoas tenham acesso aos espaços e atividades educacionais e sociais realizadas pelo Centro Universitário Barriga Verde – Unibave em igualdade de oportunidades.

Objetivos Específicos:

- Prezar para que todos os espaços da instituição tenham acessibilidade arquitetônica;
- Oferecer informações de maneira acessível, de modo a remover as barreiras nas comunicações, para que todos tenham acesso aos materiais informativos;
- Oportunizar adequações pedagógicas e atendimento personalizado, às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação e dificuldades significativas de aprendizagem, afim de assegurar a igualdade de condições de oportunidades de aprendizagem e a permanência no Ensino Superior;
- Promover a formação docente de modo a oferecer subsídios para a educação de acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação e dificuldades significativas de aprendizagem;
- Promover ações institucionais com vistas a trazer informações a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, com o intuito de coibir qualquer tipo de discriminação;
- Incentivar e fomentar a pesquisa e atividades de extensão que envolvam os temas: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.
- Estabelecer parcerias com a comunidade externa com o intuito de trazer visibilidade às questões relacionadas à acessibilidade e educação inclusiva.

COORDENAÇÃO

- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD, Pró-Reitoria de Administração – PROADM, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – PROPPEX.

PÚBLICO ALVO

Acadêmicos, docentes, técnico-administrativos, comunidade externa.

METODOLOGIA

A viabilização da Política de Acessibilidade e Inclusão do UNIBAVE ocorrerá por meio da articulação dos diversos setores da instituição, que trabalhando de maneira integrada, terão por objetivo oferecer o atendimento adequado ao público-alvo desta política.

As adequações na estrutura física serão discutidas e fiscalizadas por grupo de trabalho específico e executadas pelo setor de infraestrutura sob a gestão da Pró-Reitoria de Administração.

Os setores de Tecnologia de Informação e Comunicação e Marketing terão em suas atividades a responsabilidade de oportunizar recursos de tecnologia e materiais acessíveis para pessoas com deficiência.

Caberá ao Núcleo de Apoio à Acessibilidade (NAC) promover ações voltadas à redução das barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais, tecnológicas e de comunicação, especificamente, oferecer o atendimento personalizado aos acadêmicos, técnicos-administrativos e professores que tenham algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. As ações do NAC, no que se refere ao atendimento na esfera pedagógica, envolverá especialmente, o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e o Setor de Apoio a Aprendizagem (SEAP).

AÇÕES

- I. Primar pela promoção de acessibilidade em todos os eventos/atividades e serviços desenvolvidos pela instituição;
- II. Monitorar o oferecimento de transporte acessível para aos acadêmicos, oferecendo as orientações necessárias às empresas e entidades públicas;
- III. Promover discussões sobre assistência estudantil, visto a realidade social específica dos acadêmicos com deficiência;
- IV. Estabelecer parcerias com instituições voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para o desenvolvimento de ações;
- V. Difundir conhecimento técnico/científico sobre acessibilidade e inclusão;
- VI. Realizar troca de sala de acadêmicos com mobilidade reduzida a fim de facilitar o acesso aos principais locais de circulação;
- VII. Indicar a sinalização de vagas de estacionamento e atendimento preferencial nos setores de maior atendimento às pessoas com deficiência;
- VIII. Oferecer formação à comunidade externa sobre acessibilidade e inclusão, com o apoio de docentes e técnicos especializados da instituição.
- IX. Realizar formação com docentes a fim de destacar o papel do professor na educação inclusiva e orientar quanto as adequações metodológicas, curriculares e de avaliação dos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- X. Oferecer às pessoas com deficiência acesso adequado ao site institucional;
- XI. Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- XII. Incentivar a contratação de técnicos-administrativos e docentes com deficiência;

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtiem, 1990.